

PARCERIAS ENTRE CENTROS DE PESQUISA E GESTÃO PÚBLICA DE TURISMO*

Marcela Costa Bifano de Oliveira**

Resumo:

O objetivo deste trabalho, de cunho teórico, é prospectar as possíveis relações entre Estado e centros de pesquisa para a promoção e/ou execução de políticas públicas em turismo no Brasil. Logo, buscou-se analisar a lógica de relacionamento entre as políticas públicas feitas pelo Estado e os centros de pesquisa, partindo do princípio de que esses atores são contribuintes para o desenvolvimento científico do turismo. O turismo, como uma atividade de grande potencial na melhoria de vida da sociedade e do desenvolvimento do país, necessita de políticas públicas substantivas. Essas parcerias entre Estado e centros de pesquisa poderiam facilitar ou resolver questões relativas a essas políticas. O que se observa é que o Estado, como promotor de políticas públicas, não utiliza, ou utiliza de forma mínima, os centros de pesquisa – em geral atrelados às universidades – como parceiras na ajuda às descobertas de melhores soluções e alternativas para a execução de suas políticas. Metodologicamente, o estudo foi feito a partir de uma abordagem teórica. A partir do cruzamento analítico de teorias e categorias conceituais relativas ao Estado, políticas públicas e centros de pesquisa, a partir das quais se criou um modelo teórico sobre relações entre organizações do setor público, envolvidas com o desenvolvimento. Pode-se concluir que ao centrarem-se na especialização funcional, por papéis e atividades fins específicas, e não desenvolverem articulações /relações horizontais perde-se uma visão holística, do todo, capaz de nortear não apenas o aspecto formal como também o conteúdo das políticas em si, e uma análise crítica de sua existência. Além disso, a própria questão da eficiência fica subotimizada uma vez que o cálculo marginal do uso de articulações horizontais potencializaria o próprio alcance dos aspectos funcionais das políticas em si.

PALAVRAS-CHAVE: Centros de Pesquisa. Estado. Política Pública. Turismo.

PARTNERSHIPS BETWEEN RESEARCH CENTERS AND TOURISM PUBLIC MANAGEMENT

Abstract:

The objective of this theoretical paper is to identify possible relationships between the State and research centers for the promotion and / or implementation of public policies on tourism in Brazil. Therefore, we sought to analyze the logical relationship dealt between the public policy made by the State and research centers, assuming that these actors are contributing to the scientific development of tourism. Tourism, as an activity of great potential in improving the quality of life in society and the development of the country, requires substantive state public policies. And partnerships between state and research centers could facilitate or resolve issues regarding these policies. What was observed is that the state, as a promoter of public policies, do not use (or use in a minor way), the research centers – which in the Brazilian context, are essentially linked to universities – as partners in helping the discoveries of better solutions and alternatives to the implementation of its policies. The study was done from a theoretical methodology, with the intersection of analytical theories and conceptual categories relating to State public policies and research centers, from which it has created a theoretical model of relations between public sector organizations involved with the development. It can be concluded that the focus on functional expertise, roles and activities for specific purposes, and not develop joint / horizontal relationships lost a holistic view of the whole, able to guide not only the formal aspect but also the content of policies themselves, and a critical analysis of its existence. Moreover, the very issue of sub-optimal efficiency is marginal since the calculation of the use of horizontal joints potentiate the scope of the functional aspects of the policy on its own.

KEYWORDS: State. Research Centers. Tourism. Public Policy.

LAS ASOCIACIONES ENTRE LOS CENTROS PÚBLICOS DE INVESTIGACIÓN Y GESTIÓN DEL TURISMO

Resumen:

El objetivo de este trabajo, de naturaleza teórica, es identificar las posibles relaciones entre el Estado y los centros de investigación para la promoción y/o implementación de políticas públicas en materia de turismo en Brasil. Por lo tanto, hemos tratado de analizar la

* Este trabalho é uma versão modificada e aprimorada do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação do Professor Doutor Thiago Duarte Pimentel. Defesa em setembro de 2013.

** Mestranda em Ciências Econômicas e Sociais, Universidad Autónoma de Sinaloa/México. Membro do grupo de pesquisa Conhecimento, Organização e Turismo/COGITO e do Observatório Econômico e Social do Turismo/OEST-UFJF. Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marbifano@gmail.com

relación lógica entre las políticas públicas de turismo del Estado y los centros de investigación, en el supuesto de que estos actores podrían contribuir al desarrollo científico del turismo en el país. El turismo, como una actividad de gran potencial para mejorar la vida de la sociedad y el desarrollo del país requiere de políticas públicas de substanciales. Las asociaciones entre el Estado y los centros de investigación podrían facilitar o resolver cuestiones relacionadas con estas políticas. Lo que se observa es que el Estado, como promotor de políticas públicas, no utiliza o utiliza de una forma minoritaria, los centros de investigación - el contexto brasileño, esencialmente vinculadas a las universidades - como socios en ayudar a los descubrimientos de las mejores soluciones y alternativas para la aplicación de sus políticas. Metodológicamente, el estudio se realizó a partir de un enfoque teórico. Desde la intersección de las teorías analíticas y categorías conceptuales relativas a las políticas y los centros públicos del Estado la investigación, de la que se ha creado un modelo teórico de las relaciones entre las organizaciones del sector público involucradas con el desarrollo. Se puede concluir que la atención se centra en la especialización funcional de las funciones y actividades específicas y no desarrolla relaciones conjuntas/ horizontales, perdiendo una visión holística del conjunto, capaz de guiar no sólo el aspecto formal, sino también el contenido de las propias políticas y un análisis crítico de su existencia. Además, la cuestión de eficiencia quedase subóptima ya que el cálculo de uso marginal de articulaciones horizontales aumentaría el alcance de los aspectos funcionales de la política en sí misma

PALABRAS CLAVE: Centros de Investigación. Estado. Políticas Públicas. Turismo.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil é um país que vem se destacando pela sua vasta produção de conhecimento³ científico e tecnológico, porém este é pouco difundido e assimilado pela sociedade (PIMENTEL, 2012). Há indicadores produzidos nos últimos anos que mostram que a significativa evolução do Brasil nesta área e isso parece estar correlacionado aos aumentos de investimentos nas áreas de educação e na ciência e tecnologia. No último período do Governo Lula (2007-2010) foram criadas novas universidades e cursos técnicos para uma maior especialização e distribuição do conhecimento.

A tecnologia é um exemplo de conhecimento científico disseminado e incorporado socialmente pela sociedade. Tal propagação de novos conhecimentos gera desenvolvimento, informação e conforto. Os meios de transporte e os meios de comunicação são um exemplo dessa realidade, possibilitando uma maior qualidade de vida e transformação social.

Porém a tecnologia desenvolvida, ainda chega com dificuldade à comunidade como forma de melhoria social. Isto depende do interesse desses agentes de

produção e da ação do Estado, se isso ocorrer a inovação e o desenvolvimento podem ser acelerados. O Estado, responsável pelo bem estar da população e pelo incentivo ao desenvolvimento e resultados positivos no país, deve incorporar novas políticas públicas para a transferência do conhecimento, a partir de novos incentivos e parcerias com instituições privadas, públicas, e com a sociedade no objetivo de transformar a realidade.

No entanto, o que se verifica, de fato, é uma pequena cooperação entre Estado e centros de pesquisa impedindo uma melhoria no desenvolvimento, o que envolve comunidade, empresas privadas, Estado e universidades. Atualmente há parcerias entre universidades e empresas privadas, mas poucas parcerias entre Estado e universidades públicas, detentoras do conhecimento, para um melhor desenvolvimento de políticas públicas a partir de dados embasados. O Estado incentiva a cooperação U-E (universidade-empresa), mas o Estado como promotor de políticas públicas e um ator importante para o desenvolvimento do país não utiliza, ou se utiliza é de forma mínima, as universidades como parceiras na ajuda às descobertas de melhores soluções e alternativas para a execução de suas políticas. Portanto, dificilmente há uma integração satisfatória entre universidade, mercado, órgãos públicos e sociedade. Isso ocorre nas mais diversas áreas de conhecimento, o que restringe, dificulta e torna mais oneroso o processo de inovação e sua difusão social.

Os estudos feitos em centros de pesquisas contribuem para um melhor entendimento dos problemas e a partir da percepção destes, a possibilidade de encontrar soluções para superá-los. Por isso, as instituições em produção de conhecimento (aqui denominadas centros de pesquisa), que em geral situam-se nas universidades públicas, têm grande importância na produção do conhecimento, pois é a partir delas que se obtém uma informação específica sobre algum problema.

Pode-se dizer que os objetivos das instituições de pesquisas servem para a descoberta de problemas e suas respectivas soluções. Porém, não é o que vemos acontecer, pois como argumenta Pimentel (2012) esses conhecimentos produzidos ainda são pouco incorporados e disseminados para a sociedade de uma forma geral. Isso ocorre também no turismo, e a aplicabilidade das relações entre Estado e centros de pesquisa poderá contribuir para o crescimento, desenvolvimento e consolidação da área, aumentando sua utilização na prática, podendo trazer melhores benefícios à sociedade e ao país.

Atualmente a economia brasileira tem crescido de forma significativa, e o turismo é um setor de grande importância para esse crescimento, representando 3,7% do PIB (PNT, 2013). Porém esse setor no Brasil ainda é muito incipiente em relação à execução e conclusão de seus objetivos. O que é curioso, já que o Brasil é um país de grande porte, com grandes atrativos turísticos e muitas belezas naturais e culturais.

O Turismo se tornou um setor da economia e uma nova prática social ao longo do século XX, mas ainda não se estabilizou e não se desenvolveu como deveria (PIMENTEL, 2013). Esse cenário pode ser melhorado com a utilização dos centros de pesquisa para ajudar as agências governamentais a promoverem e desenvolverem a recreação do Estado e recursos turísticos, para auxiliar empresas de turismo com planejamento e *marketing*, com a investigação necessária para que eles tomem decisões políticas fundamentadas. Os centros podem usar a pesquisa acadêmica e métodos para resolver os problemas encontrados pela indústria do turismo, juntamente com a participação das comunidades no desenvolvimento do turismo.

Apartir desse contexto, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: *Quais são as relações entre Estado, políticas públicas e centros de pesquisa, e suas consequências para o desenvolvimento turístico no contexto brasileiro?* Para respondê-la propõe-se, como objetivo geral, realizar uma discussão teórica sobre a relação entre Estado, políticas públicas e centros de pesquisa, tentando identificar a lógica de relacionamento entre eles e suas consequências para o desenvolvimento turístico.

O estudo se baseia na suposição de que uma maior interação direta entre esses agentes públicos estatais diretos (administração pública estatal como instância de tomada de decisões) e indiretos (centros de pesquisa localizados em universidades) conduziria a uma maior eficácia na execução de políticas públicas do Estado, bem como ao maior aproveitamento, disseminação e aplicação dos conhecimentos produzidos pelos centros de pesquisa.

A relevância deste trabalho reside no entendimento de como os centros de pesquisa podem influenciar na melhoria do desenvolvimento turístico, na medida em que esses centros podem identificar dados econômicos e estatísticos que podem ser utilizados por consultores para estudos de viabilidade e de impacto econômico, também podem fornecer avaliação de treinamento, a importância os recursos naturais, o desenvolvimento econômico da comunidade, a avaliação dos impactos ambientais, sociais e políticas de desenvolvimento do turismo e eventos de turismo.

Além disso, a questão de que parcerias entre centros de pesquisa e o governo influenciam o desenvolvimento não somente do turismo, mas também outras áreas, o que contribui para um melhor aperfeiçoamento das relações existentes no país. Assim, espera-se discutir que essa parceria irá contribuir para o desenvolvimento econômico e social, mais especificamente contribuir para um melhor planejamento turístico e sua aplicação a partir de políticas públicas.

Este ensaio teórico está dividido da seguinte forma: a introdução onde é exposto o contexto do estudo e o seu objetivo geral e específico. Na segunda seção é apresentada uma discussão teórica sobre o Estado, gestão pública e política pública em turismo. Na terceira seção é apresentada uma discussão teórica acerca da gestão do conhecimento, política científica e tecnológica e sobre os centros de pesquisa. Na quarta seção é apresentada uma

análise identificando quais são as relações entre Estado e centros de pesquisa. Na quinta e última seção estão as considerações finais refletindo sobre o estudo feito.

2. ESTADO, GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICA PÚBLICA EM TURISMO

2.1 ORGANIZAÇÕES DO APARELHO ESTATAL

O povo pode ser considerado não como o objeto sobre o qual o Estado exerce seu poder, mas como um de seus elementos constitutivos. O conceito de sistema político incorpora o conceito de Estado a novas instituições políticas, bem como instituições sociais como a família, igreja, escola, partidos políticos, instituições de informação, já que essas afetam os processos políticos.

Althusser (1970) afirma que, o Estado é detentor de uma ideologia dominante, a qual é assegurada operacionalmente por outras instituições, a saber: Escola, Igreja, Exército, Famílias e outras instituições do Estado. Para a continuidade da ideologia dominante (sistema capitalista, os meios de produção e a mais-valia) é necessário que estas instituições reproduzam a sujeição à ideologia dominante ou contribuam para a prática desta ideologia,

todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos profissionais da ideologia devem estar penetrados desta ideologia para desempenharem conscienciosamente a sua tarefa - quer de explorados (proletários), quer de exploradores (capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus funcionários), etc (ALTHUSSER, 1970, p. 22).

Especificamente sobre a instituição Escola, a qual é relevante para o tema deste trabalho, esta contribui para a lógica de funcionamento do Estado. O Estado tem uma ideologia, uma lógica de funcionamento, e a escola contribui para que essa ideologia seja concretizada. Sua função é produzir conhecimento, o qual será aplicado para a sociedade a partir de políticas públicas. Então essa instituição fica com o papel de disseminar o conhecimento para a sociedade para esta o transformar em tecnologia. Mas na realidade não é isso que acontece.

A ideologia do Estado contemporâneo é regida pelo sistema capitalista. O capitalismo é um sistema econômico complexo constituído por empresas capitalistas coordenadas pelo mercado e reguladas pelo Estado. Para a existência do capitalismo e de um mercado capitalista é necessário um Estado que o regule e coordene, criando condições gerais para a produção capitalista, através da instituição do sistema legal com poder de coerção e de uma moeda nacional, e através de ações na área econômica, social e ambiental.

A ideologia desse sistema é reproduzir o sistema de produção, e são as instituições citadas acima que irão

assegurar essa ideologia, cumprindo sua função “teórica” ou não, de acordo com o que o Estado quer, ou melhor, de acordo com o que o governo quer. Podemos dizer então, que o Estado impõe essa ordem, para que as pessoas possam viver mutuamente. Porém, essa ordem pode não ser a ideal, e a Escola – assim como os centros de pesquisa, pode contribuir para mantê-la ou modificá-la.

2.2 RELAÇÕES INTERSETORIAIS DE DIFERENTES ORGANIZAÇÕES DO ESTADO

O vínculo entre instituições responsáveis pela melhoria social é uma maneira de atender a necessidade de todos. A existência de diversos atores e diversas organizações comprometem a execução, por exemplo, de políticas públicas. Essas políticas muitas vezes podem visar necessidades de apenas um determinado grupo. Por isso há a necessidade de diferentes tipos de organizações se afiliando para a elaboração de melhores soluções para um maior desenvolvimento.

A democratização apresenta a descentralização como um processo de transferência de poder dos níveis centrais para os periféricos. A intersetorialidade, alinhada à descentralização das políticas públicas vem como uma alternativa capaz de encontrar novos arranjos e novas articulações para o enfrentamento dos problemas sociais (COMELATTO; COLLISELLI; KLEBA; MATIELLO; RENK, 2007). Esse mecanismo é uma nova forma de atuar, por isso as organizações gestoras devem estar atentas às mudanças para uma nova gestão descentralizada.

Para Junqueira, Inosoja e Komatsu (1997, p.24) intersetorialidade é entendida como a:

articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social.

O setor turístico é altamente interdependente, e o sucesso de uma organização está, de certa forma, ligado ao sucesso da outra. Para tanto é necessária a compreensão de que o sistema turístico é formado a partir de várias organizações, públicas e privadas, que se inter-relacionam formando a rede turística (KNUPP, 2014).

As redes sociais tentam estabelecer um meio objetivo de identificar os laços ou relações de atores dentro de um sistema. A análise de redes nos permite identificar detalhadamente os padrões de relacionamento entre atores em uma determinada situação social, assim como as suas mudanças no tempo, e esse estruturalismo de origem empírica apresenta grande potencialidade para o estudo da relação entre público e privado na formulação e gestão de ações do Estado (MARQUES, 1999).

Para Frey (2003), a rede mostra-se como a única estrutura de ação capaz de cumprir duas funções básicas: primeiro, a função estratégica de reduzir as incertezas com relação ao comportamento de outros atores, como competidores ou parceiros; segundo, a função instrumental de melhoria do desempenho, isto é, um aumento dos resultados produzidos pelos atores envolvidos nas políticas públicas. Além disso, as redes parecem preservar a autonomia dos parceiros e aumentar sua capacidade de aprendizagem.

Assim o Estado, no seu papel de coordenador exerce sua influência incitando articulações estratégicas para o desenvolvimento de algumas políticas públicas, essa é uma perspectiva emergente em diversos países (KNUPP, 2014).

Neste sentido, acredita-se que uma articulação entre Estado e centros de pesquisa, possa trazer uma melhoria social, já que a partir de um diálogo entre essas instituições pode-se encontrar mecanismos e estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas. Os centros de pesquisa produzem, descobrem informações e dados ainda desconhecidos para o Estado, o qual a partir desses estudos poderá elaborar suas políticas de uma maneira eficaz atingindo de uma forma coerente as necessidades da sociedade.

É nesta linha de raciocínio sobre o Estado que a seguir será abordado sobre as políticas públicas, demonstrando como essas podem tornar mais eficientes as relações entre Estado, sociedade civil e mercado.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas é a ação do Estado, ou seja, é a forma de algo ser feito e concretizado, produzindo efeitos específicos. São várias as definições dadas sobre políticas públicas. Serão elencadas algumas relevantes a este trabalho. Para Dye (1984) política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”; já para Laswell (1936) é quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

De uma forma geral as políticas públicas tem o intuito de proporcionar melhorias para a sociedade. Existem políticas com diversos objetivos, mas são muitos os problemas relativos à implementação dessas políticas, muitas vezes são implementadas visando apenas os interesses privados, que trazem apenas benefícios próprios ou de um grupo reduzido de pessoas ou nos casos que nem são implementadas, talvez em função de falta de informação, causando uma deficiência em alguns setores.

Souza (2006) aborda algumas ideias de autores renomados, para identificar aspectos sobre políticas públicas, citando os seguintes conceitos: a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc. As políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Define

então a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

As políticas públicas após serem formuladas, desdobram-se em planos, programas e projetos e então são implementadas. O Brasil tem um grande problema na estruturação, planejamento e execução desses projetos, o que dificulta muito a inserção de novas ideias e tentativas para a promoção de melhorias. É o que acontece com as políticas públicas de turismo, que será exemplificado a seguir.

2.3.1 POLÍTICA PÚBLICA EM TURISMO E A AGENDA DO EXECUTIVO

O Brasil com sua cultura heterogênea e sua extensa beleza natural, considera o turismo como grande aliado para o desenvolvimento social e o crescimento econômico. Porém somente recentemente foi dada a importância necessária para esta atividade, dando “lugar a um arranjo político-institucional que conduziu a um planejamento nacional voltado explicitamente para sua organização e fortalecimento.” (PIMENTEL, 2014, p.17).

Ao apresentar os resultados da pesquisa iniciada na década de 1980, que investigou o desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública, Beni (2006, apud PIMENTEL, 2014, p.23) constata a inconsistência de vínculo dos órgãos oficiais de turismo, a desatenção dos três níveis de governo com o setor e a inexistência de diretrizes e macroindicações claras. A criação do Ministério do Turismo em 2003 apresentou-se, então, com o propósito de enfrentar alguns desses desafios, como o planejamento, coordenação e avaliação de planos e programas de incentivo ao turismo.

De acordo com Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, apud, CHAVES, 2011, p.68) política de turismo é:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivas e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades dentro de uma destinação.

Para Solha (2004, apud, CHAVES, 2011, p.69) são funções das políticas de turismo:

- Definir os termos em que as operações turísticas devem funcionar, determinando o produto, a imagem e o tipo de turista desejado;
- Facilitar a discussão e o consenso sobre os objetivos a serem atingidos;
- Proteger os interesses da sociedade;
- Permitir interfaces com outros setores.

A seguir será exemplificado os cinco períodos da trajetória histórica das políticas de turismo no Brasil, para uma melhor compreensão do processo turístico no país.

Quadro 1: Agenda pública do turismo brasileiro:

PERÍODO	PRINCÍPIO ORGANIZADOR	EFEITO ESPERADO
Getulismo (1930 – 1955)	Exportação invisível	Influxo de turistas estrangeiros; construção de um mercado interno; organização e fiscalização das atividades turísticas.
De Juscelino ao recuo do milagre (1956-1979)	Empreendedorismo estatal	Desenvolvimento do turismo interna e externamente; planejamento, sistematização e coordenação do desenvolvimento turístico; fundo para custeio de programas.
Redemocratização (Década de 1980)	Estabilização	Consolidação de um intervencionismo colegiado (Sistema Nacional de Turismo); consolidação constitucional do desenvolvimento do turismo.
Liberalização (Década de 1990)	Gerencialismo	Ampliação do mercado turístico nacional e estrangeiro; ações executivas descentralizadas para estados, regiões e municípios; ampliação do mix público-privado.
Recuperação do desenvolvimento (Década de 2000)	Desenvolvimento e agenda social	Desenvolvimento do turismo interno e incremento do fluxo externo; melhoria da qualidade e produtividade; descentralização de planejamento e execução; regionalização; envolvimento das comunidades; sustentabilidade; inclusão social pelo aumento da oferta de trabalho; redução das desigualdades.

Fonte: PIMENTEL, 2014, p.22.

O primeiro período identificado, que teve início no ano de 1930 é caracterizado pela grande entrada de turistas estrangeiros no país, por uma forte presença regulatória e de fiscalização das atividades turísticas. O período que segue de 1956 a 1979 é marcado pela prática do planejamento e pela criação e consolidação de entidades com atribuições articuladas e complementares entre si que demonstram a tentativa de organização da atividade turística no país. A década de 80 foi marcada pelo contexto de redemocratização política e de crise econômica. Na década de 90 a nova administração pública, denominada de gerencialismo é

caracterizada pela distinção entre formulação e execução e a descentralização de atividades para estados e municípios. É regulamentada a Política Nacional de Turismo com objetivos de ampliar o mercado turístico, descentralizar ações executivas e ampliar o mix público-privado. Em 2000 é com a criação do Ministério do Turismo que a atividade ganha maior importância, com a elaboração da Política Nacional de Turismo desenvolve-se planos e programas para a implementação do turismo, buscando articular organismos nacionais e regionais, públicos e privados. Com o Plano Nacional do Turismo novos efeitos são esperados como a melhoria da qualidade e produtividade, sustentabilidade, envolvimento das comunidades, etc.

A partir deste cenário exemplificado, fica claro que os mecanismos responsáveis para o desenvolvimento do turismo e a importância dada ao setor é algo muito recente no país. O que influencia diretamente na execução e planejamento das políticas públicas de turismo que ainda são muito incipientes, o marco atual das políticas nos mostra as lacunas existentes que devem ser melhor analisadas. Os centros de pesquisa podem ajudar a gestão pública a desenvolver políticas específicas para preencher essas lacunas, que a seguir serão exemplificadas.

Para Fratucci (2014) um dos equívocos das políticas públicas de turismo é pensar no turismo como uma atividade econômica, deixando de lado as outras questões socioeconômicas como os “processos de desenvolvimento humanos sustentáveis e duradouros para as comunidades residentes nos destinos turísticos”. Dessa forma se vê uma inconsistência nas políticas públicas de turismo no sentido de desconsiderar o fator sócioespacial no ordenamento e desenvolvimento do turismo (FRATUCCI, 2014). O fator sócio espacial está ligado a uma visão mais ampla sobre o sistema turístico, que abrange os agentes produtores do turismo e as relações estabelecidas entre esses agentes (turistas, comunidade, empresários, gestão pública).

É necessário que as localidades turísticas formem redes, as quais se comuniquem e incluam todos os seus agentes produtores, suas ações, interações e inter-relações, sejam elas complementares, concorrentes ou antagônicas, permitindo captar a mobilidade e a transformação dos agentes produtores do turismo, permitindo um processo mais humano e sustentável (FRATUCCI, 2014).

A descentralização é uma forma de facilitar essas questões socioeconômicas, pois distribui as competências e funções do poder central aos poderes locais, facilitando as interações entre os agentes. A Política Nacional de Regionalização do Turismo demonstra que este mecanismo passou a ser uma alternativa no desenvolvimento do turismo nas últimas décadas.

A descentralização está associada à democratização do Estado e de suas relações com a sociedade, já que sua principal característica é distribuir competências e funções do poder central aos poderes locais. Dessa forma a descentralização é uma maneira de ampliar a participação popular nas decisões de políticas públicas, principalmente

através da criação de instituições que cuidem dessa representação. Nessa perspectiva a descentralização torna-se um elemento fundamental para o desenvolvimento regional. A regionalização propõe um papel fundamental para os municípios em desenvolver os espaços turisticamente, ao considerá-los os elementos mobilizadores das políticas de desenvolvimento sustentável. Porém o trabalho isolado do poder local não significa necessariamente o desenvolvimento local. É necessária a divisão de competências e a participação das esferas estaduais, e nacionais que direcionem e incentivem as políticas no âmbito local (OLIVEIRA, 2014).

A necessidade de uma ação participativa para o planejamento do turismo é imprescindível para atingirmos um modelo de turismo sustentável mais humano que não foque somente nos benefícios econômicos. Esses estudos feitos por acadêmicos são essenciais para o fornecimento de dados para que políticas de desenvolvimento em turismo possam ser geradas a partir de um fundamento, sem que seja necessário o Estado contratar empresas de consultoria e pesquisa, que muitas vezes são empresas internacionais particulares que fazem esses estudos, e as parcerias entre Estado e centros de pesquisa poupariam essa verba, e ainda poderiam fazer de uma maneira melhor, já que estão inseridas no contexto nacional.

A seção seguinte aborda as questões sobre a gestão do conhecimento e sobre os centros de pesquisa para a compreensão de suas funções no desenvolvimento e crescimento do setor turístico a partir de parcerias feitas com o Estado.

3. GESTÃO DO CONHECIMENTO, POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E CENTROS DE PESQUISA

Esta seção tem por objetivo compreender a gestão do conhecimento, e como este é operacionalizado pelos centros de pesquisa. E entender como a política científica e tecnológica pode influenciar na produção de pesquisas e na produção do conhecimento.

3.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A competitividade de uma nação no mercado global depende de se capitalizar sobre sua base em ativos intelectuais e científicos (e conhecimento). O reconhecimento dessa necessidade de investigação e da propriedade intelectual nos países passaram a ser indispensáveis para instituições de ensino superior, centros de pesquisa, governos e empresas privadas. Esse reconhecimento do conhecimento passou a ser indispensável para o setor privado e para o crescimento econômico dos governos (RUHANEN; COOPER, 2011, p.2).

O conceito de “gestão do conhecimento” surgiu na década de 1980 e é definido como “o incentivo de pessoas para compartilhar conhecimentos e ideias para criar produtos

e serviços com um valor agregado”. A gestão do conhecimento é dada pela propriedade intelectual, e seus resultados de pesquisa são transformados em recursos para ajudar empresas a agir de forma inteligente para garantir viabilidade em longo prazo e sucesso (RUHANEN; COOPER, 2011, p.3).

A comercialização das pesquisas é o processo de transformação das ideias, conhecimentos e invenções em riqueza para os indivíduos, empresas e a sociedade em geral. Ruhanen (2011) a partir das ideias de Weggeman conceitua gestão do conhecimento em termos de uma “cadeia de valor do conhecimento”, que irá localizar as principais fazes da gestão do conhecimento para a comercialização e difusão. A cadeia de valor do conhecimento pode ser entendida com quatro momentos:

- Determinar a necessidade estratégica para o conhecimento;
- Determinar a lacuna de conhecimento entre o conhecimento necessário e o que está disponível;
- Estreitar a lacuna de conhecimento através do desenvolvimento de novos conhecimentos;
- Difundir e aplicar conhecimento disponível aos stakeholders através de processo de comercialização.

O item seguinte exemplifica como a gestão do conhecimento é incorporada no Brasil, e qual é a importância dada a ela atualmente.

3.2 POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL

A seguir será exemplificado um pouco do histórico da Política Científica e Tecnológica no Brasil, para podermos entender melhor o tema deste trabalho.

A política Científica e Tecnológica teve várias fases. A primeira foi a fase de institucionalização na década de 1950. Outra fase foi a fase nacional-desenvolvimentista (que corresponde a grosso modo ao período do Regime Militar), e sua fase gerencial a partir dos anos 1990. A Política Científica e Tecnológica tem o objetivo de “apoiar as atividades de pesquisas científicas e tecnológicas e explorar seus resultados de acordo com objetivos políticos gerais” (SERAFIM; DAGNINO, 2011).

Na sua fase de institucionalização, a sociedade científica passou a sensibilizar as autoridades governamentais a respeito da importância da ciência como força que impulsionaria a capacidade produtiva do país. Uma característica importante da política científica e tecnológica é o conceito de “vinculacionismo”, que é uma “tentativa de gerar laços entre a comunidade de pesquisa, por meio das instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o setor produtivo, com pretensão de garantir que o resultado dos desenvolvimentos da ciência e tecnologia (C&T) chegue à sociedade, aos seus potenciais usuários”. Mas esse projeto foi abortado no início dos anos 1980 pelas ambições do Regime Militar (SERAFIM; DAGNINO, 2011).

De 1985 a 1991 o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), buscou fortalecer a relação entre o meio acadêmico e o setor produtivo, com a criação de instrumentos mais adequados e eficazes de interação entre os dois setores. No governo do FHC, com o processo de reforma gerencial do Governo, juntamente com a restrição do financiamento público, as empresas estatais, os institutos públicos de pesquisa e as universidades públicas ficaram limitados na atuação da Política Científica e Tecnológica (SERAFIM; DAGNINO, 2011).

Em 1999 foi criado o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como mecanismo de captação de recursos. Esse fundo contribuiu para a aproximação das pesquisas de interesse público daquelas de interesse privado, pois na prática colocavam o pessoal e a estrutura das instituições públicas a serviço das demandas das empresas privadas, inclusive do grande capital estrangeiro. A característica desta fase da política científica e tecnológica é chamada de “neovinculacionismo”, pois sem as demandas das empresas estatais, as universidades passam a procurar demandas junto as empresas privadas, incorporando o discurso das mesmas (SERAFIM; DAGNINO, 2011).

O Governo Lula deu continuidade a Política Científica e Tecnológica do Governo FHC, com objetivos de estimular o desenvolvimento tecnológico empresarial, a fim de garantir competitividade aos setores empresariais e promover o desenvolvimento social (SERAFIM; DAGNINO, 2011). De acordo com alguns autores,

a geração de inovação para o desenvolvimento econômico e social pressupõe uma compreensão de como esta se processa, sobretudo, quando tal discussão se baseia no complexo entrelaçamento entre a ciência e a tecnologia e se situa no, também, complexo espaço de cooperação entre diferentes instituições e organizações: universidades, governo e o setor produtivo. Neste âmbito, a inovação é considerada um processo de transferência de conhecimentos científicos para empresas e mercados, através de meios legais que envolvem o registro da patente e formas de licenciamentos de tecnologias, quando geradas pela universidade e exploradas pela empresa. Contudo, um bom resultado de pesquisa não é suficiente para iniciar o processo de sua comercialização, pois é preciso demonstrar a viabilidade de transformá-lo em inovação, o que pressupõe a absorção do conhecimento gerado na universidade pelo setor produtivo, requerendo o empenho das partes em jogo nesse processo de negociação (IPIRANGA; ALMEIDA, 2012, p.18).

Sábato e Botana (1968 apud IPIRANGA; ALMEIDA, 2012) apontam “a importância do desenvolvimento da pesquisa científico-tecnológica para o desenvolvimento econômico e social dos países, destacando a relevância

da relação entre a infraestrutura científico-tecnológica (universidade), a estrutura produtiva (empresa e mercado) e governo, para esse desenvolvimento.

A cooperação entre universidades, governo e setor produtivo pode ser representada pelos modelos: Triângulo de Sábado e o Modelo da Triple Helix.

O Triângulo de Sábado é um modelo apresentado por Sábado e Botana (1968 apud IPIRANGA; ALMEIDA, 2012, p.24) e é representado graficamente por um triângulo no qual o governo ocupa o vértice superior, enquanto os vértices da base são ocupados pela infraestrutura científico-tecnológica e pela estrutura produtiva; são três tipos de conexões entre seus agentes: intra-relações (entre os componentes de cada vértice), inter-relações (entre pares de vértices) e extra-relações (entre uma sociedade e o exterior).

Já o Modelo da Triple Helix define os agentes como: O Estado – agente responsável pela definição das políticas públicas dirigidas ao incentivo do desenvolvimento científico e tecnológico do país; o setor produtivo (empresas e mercados) – agente responsável pela inovação através da transformação dos conhecimentos gerados pelas pesquisas em produtos e serviços em benefício da sociedade; agentes da infra-estrutura científico-tecnológico do país (universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento – P&D) – responsáveis pela geração de conhecimentos, formação de capital humano, dando apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico na geração da inovação. Este modelo apresenta quatro dimensões dinâmicas de atuação e interação: a) as interações entre cada agente ou hélice podem gerar transformações internas em cada um deles; b) refere-se à influência de cada hélice sobre a outra; c) relaciona-se as relações bilaterais e trilaterais que surgem do processo de interação; e d) refere-se ao efeito cíclico dos outros três níveis sobre as instituições sociais, bem como sobre a própria ciência (IPIRANGA; ALMEIDA, 2012).

O Estado (governo) tem função de regulamentar, promover, regular, executar e financiar o desenvolvimento científico a partir de agências governamentais. As universidades (centros de pesquisa) ficam com o dever de produzir novos conhecimentos e as empresas de transformar esse conhecimento em riqueza. No Brasil existe uma lacuna entre a produção e a aplicação do conhecimento. Por isso se faz necessária uma parceria entre o setor governamental, o setor privado e a academia.

3.3 CENTROS DE PESQUISA EM TURISMO

Os centros de turismo nas universidades ajudam a promover o crescimento da indústria turística, através da formação acadêmica ou de pesquisas que busquem estudar as áreas importantes para o desenvolvimento da atividade em questão. Resumidamente, os Centros de Turismo tem como principal objetivo fornecer dados para que políticas de desenvolvimento em turismo possam ser

geradas a partir de um fundamento. Os dados criados por estes centros partem de estudos multidisciplinares, levando em conta diversos aspectos, desde ambientais a socioculturais para promover discussões acerca dos avanços e desenvolvimento do turismo, buscando também solucionar os problemas encontrados pela indústria do turismo (CHRISTIAN, Linda, s/d).

Os Centros de Turismo coletam, gerenciam e analisam dados sobre a indústria. Eles elaboram modelos econômicos e estatísticos que podem ser utilizados por consultores para estudos de viabilidade e de impacto econômico, no fornecimento de ferramentas de análise de consultores. Eles também fornecem avaliação de treinamento, assistência técnica e independente da política do governo relativa à tributação, os recursos naturais e o desenvolvimento econômico da comunidade. Eles avaliam os impactos ambientais, sociais e políticas de desenvolvimento do turismo e eventos de turismo (CHRISTIAN, Linda, s/d).

Mas para tanto é necessário que esses centros tenham apoio financeiro das agências governamentais ou empresas que necessitam dos resultados das pesquisas. As agendas dos centros de pesquisa devem estar de acordo com as necessidades da indústria. No Brasil, as agendas dos centros de pesquisa na maioria das vezes são impulsionadas pelos interesses dos pesquisadores, já que a parceria com agências governamentais são quase inexistentes, isso ocorre talvez por uma falta de entendimento da indústria de compreender o significado da pesquisa para o desenvolvimento, e a falta de entendimento da indústria e do governo de compreender a importância do turismo para o desenvolvimento econômico e social (CHRISTIAN, Linda, s/d).

Existem alguns elementos chave para um centro de turismo ideal: a segurança do financiamento, capacidade de vincular a pesquisa acadêmica com as necessidades da comunidade, a independência dos resultados da investigação - a integridade acadêmica e significado, capacidade de fornecer a pesquisa como um bem público e capacidade de diferenciar a sua investigação das dos consultores (CHRISTIAN, Linda, s/d).

Os financiamentos podem ser oriundos de: recursos públicos nacionais, estaduais e municipais, recursos privados, recursos dos centros formadores nacionais e internacionais, recursos das fontes financiadoras de projetos de pesquisa, tanto nacionais como internacionais, recursos financeiros e logísticos das instituições parceiras participantes e recursos da comercialização do material produzido (publicações, site, revista on line).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) possui o “Programa Rede de Conhecimento da OMT” onde os produtores do conhecimento participam de uma forma proativa para dividirem seus conhecimentos a partir de um espaço comum, para poderem interagir e trocar informações relativas a difusão, criação e aplicação do conhecimento em turismo. A partir do ano, 2013, 40 empresas participam

com mais de 130 instituições, organizações e empresas no compartilhamento do conhecimento adquirido. Demonstrando uma vasta experiência no desenvolvimento e inovação do turismo (OMT).

Os Centros de Investigação Cooperativa, criado pelo Governo Federal da Austrália, tem o intuito de melhorar os benefícios econômicos e sociais da pesquisa com financiamento público e desenvolvimento para a comunidade australiana mais ampliada. Estes Centros, em suma, têm por objetivo reunir pesquisadores e utilizadores de pesquisas de universidades, setor público e de negócios para realizar pesquisas que venham a contribuir para o desenvolvimento de diversas áreas com enfoque no desenvolvimento de tecnologias (RUHANEN; COOPER, 2011, p.7).

No Brasil um exemplo a ser dado é o Observatório de Turismo do Paraná, que tem por objetivo “desenvolver o turismo de forma sustentável no Estado do Paraná, bem como, facilitar o planejamento e a gestão pública e privada da atividade.” e “facilitar a gestão fornecendo dados / informações, bem como incentivando a utilização dos mesmos, pois somente com mais e melhores informações, conformando um cenário de referência, será possível tomar decisões mais conscientes e acertadas.” (OBSERVATÓRIO DE TURISMO DO PARANÁ).

4. ANÁLISE

Chegando neste ponto voltamos ao nosso problema de pesquisa: *Qual a relação entre Estado, políticas públicas e centros de pesquisa, e suas consequências para o desenvolvimento turístico no contexto brasileiro?*

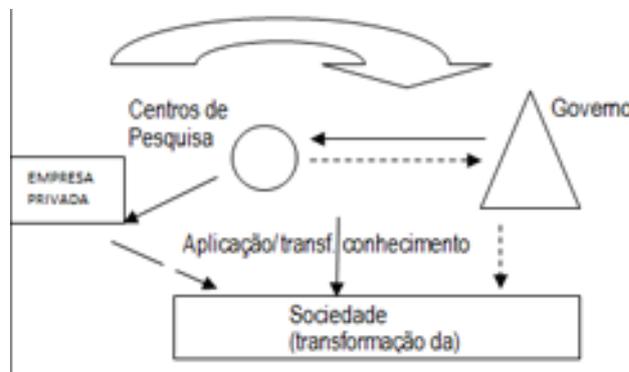
Como foi visto acima, o Brasil na década de 50 deu importância para a ciência como força que impulsiona a capacidade produtiva do país, mas foi abortado com o Regime Militar e a partir de então foi incentivado a aproximação de instituições públicas a empresas privadas. Atualmente, o país se encontra em outro contexto, onde há muito investimento em setores públicos, e a política do vinculonismo poderia ser uma boa estratégia para um *boom* no desenvolvimento e progresso do Brasil.

Os órgãos governamentais (secretarias e ministérios) que são responsáveis pela elaboração e execução das políticas públicas de turismo se afiliam muito pouco com as instituições de pesquisa na elaboração de suas estratégias. O capital que se investe nestes centros de pesquisa é proveniente do Estado, então ao invés de contratar empresas privadas, como por exemplo, empresas de consultoria, para desenvolverem planos e estratégias, porque não se faz parcerias público-público para um melhor aproveitamento e desenvolvimento?

A figura a seguir representa a lógica do estudo, que demonstra os centros de pesquisa contribuindo com as empresas privadas e essas empresas “vendendo” o produto para o governo, para então este aplicar essas novas tecnologias para a sociedade. Então o que se

propõe é uma parceria direta entre governo e centros de pesquisa. O governo investe nos centros de pesquisa, e os centros de pesquisa devolve para o governo o investimento feito por ele através de tecnologias prontas para serem inseridas na sociedade.

Figura 1: lógica do estudo



Fonte: Elaboração própria.

Os fatores condicionantes da realização de parcerias, nós já temos. Temos agências governamentais de fomento ao incentivo da ciência e tecnologia (CNPq, FINEP), possuímos alguns centros de pesquisa que se preocupam com o desenvolvimento do turismo, a academia já discute questões relevantes sobre as lacunas existentes no sistema, mas essa discussão só produzirá efeitos concretos se passar para a prática, então a questão é que falta vontade política, falta a vontade de agentes do governo retribuírem para a sociedade o investimento feito por ela, falta um pensamento mais social e mais amplo em relação ao bem estar da população e não o foco apenas nos interesses pessoais.

A Política Nacional do Turismo aborda sobre a importância da participação da academia para novas informações relevantes para o mercado, mas não evidencia a parceria entre centros de pesquisa e governo para a elaboração e melhoria de suas políticas. O turismo sendo uma atividade que tem crescido cada vez mais ao longo dos anos, percebe a necessidade de fazer pesquisas para sua maior disseminação e incorporação na sociedade. Os centros de turismo vêm ganhando maior força, e há crescimento no número de centros de pesquisa em turismo, tanto no Brasil como no mundo.

Porém a partir dos dados citados, identificou-se que as relações entre centros de pesquisa e agências governamentais de execução e elaboração das políticas públicas em turismo, se afiliam ainda muito pouco. Com as iniciativas da propriedade intelectual de demonstrar a importância da gestão do conhecimento para a criação de produtos e serviços com um valor agregado, pode-se mudar a realidade encontrada, melhorando o setor de uma forma geral.

Mas para tanto é preciso uma maior sintonia entre agências governamentais e os centros de pesquisa. Para

as pesquisas realizadas terem uma maior aplicabilidade na realidade é necessário um diálogo entre os agentes para poder determinar quais são as lacunas existentes no mercado do turismo para então os centros trabalharem a partir deste cenário. As pesquisas realizadas nos centros de turismo são na maioria das vezes impulsionadas pelos interesses dos pesquisadores, enquanto poderiam estar sendo impulsionadas pela necessidade do mercado e dos governos. E essa realidade só será modificada quando governo e centros dialogarem sobre as demandas existentes.

Além da sintonia entre essas instituições é necessário um financiamento seguro. Dessa forma o governo ou o mercado poderão ser atendidos no tempo certo. Os resultados da aplicação das pesquisas na realidade devem ser de conhecimento dos centros de pesquisa para poderem identificar a viabilidade de suas pesquisas e melhorá-las da maneira que for necessário.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu demonstrar o papel do Estado e dos centros de pesquisa, e a articulação entre esses agentes para a promoção de políticas públicas em turismo. Pois o que se vê atualmente é uma sociedade com necessidades que devem ser supridas pelo governo a partir de políticas públicas. O turismo é uma atividade recente no país e passa por grandes dificuldades de reconhecimento de seus benefícios. Com a elaboração e execução de políticas públicas em turismo embasadas, essa realidade pode ser transformada gerando mais empregos, protegendo biodiversidades naturais e culturais, melhorando a qualidade de vida de muitas pessoas e gerando mais renda para todo o país.

Foi possível identificar que existem alguns centros de pesquisa em turismo no Brasil e no mundo que pretendem com suas pesquisas, desenvolver o turismo para a obtenção de melhorias, já que esta atividade pode trazer grandes transformações benéficas para a sociedade. O Estado possui agências governamentais responsáveis, que financiam e estimulam a produção do conhecimento em todo o país.

O que falta é uma dialética entre secretarias e ministérios com os centros de pesquisas para poderem articular suas necessidades e trabalharem juntamente, os centros promovendo dados e informações coerentes para as agências governamentais planejarem suas políticas.

O trabalho em questão teve por objetivo realizar uma discussão teórica sobre a relação entre Estado, políticas públicas e centros de pesquisa, tentando identificar a lógica de relacionamento entre eles e suas consequências para o desenvolvimento turístico. A partir de dados teóricos, foi possível fazer uma breve análise identificando os aspectos indispensáveis para a difusão e aplicação de mecanismos para viabilizarem as parcerias.

O fenômeno turístico é pouco reconhecido pela sociedade e pelos governos que não dão incentivos

necessários para as pesquisas, de forma que possam contribuir de forma significativa ao desenvolvimento do turismo, principalmente àquelas pesquisas que orientam as atuações públicas. Mas essa realidade pode ser modificada, são encontrados alguns centros de pesquisas localizados nesses países que fazem a diferença, e aos poucos evidenciam que a investigação científica em turismo contribui para a resolução de problemas nacionais.

Pode-se inferir que ao centrarem-se na especialização funcional, por papéis e atividades fins específicas, e não desenvolverem articulações /relações horizontais perde-se uma visão holística, do todo, capaz de nortear não apenas o aspecto formal como também o conteúdo das políticas em si, e uma análise crítica de sua existência. Além disso, a própria questão da eficiência fica subotimizada uma vez que o cálculo marginal do uso de articulações horizontais potencializaria o próprio alcance dos aspectos funcionais das políticas em si.

Por fim, conclui-se que a falta de conhecimentos específicos no setor turístico faz com que o mesmo seja menos reconhecido pela sociedade. A vontade dos produtores do conhecimento de viabilizarem estudos e pesquisas, e a vontade do governo de produzir e aplicar políticas coerentes é essencial para o reconhecimento e crescimento do turismo como um ator de grande importância na melhoria da vida social e no desenvolvimento do país em geral.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1970. 22p.

BRASIL. Plano Nacional do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio_publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf> Acesso em: 22 nov. 2012.

CHAVES, M. P. *A institucionalização das políticas públicas de turismo em âmbito municipal no Brasil*. Universidade Federal de Lavras / UFLA, Lavras (MG), 2011.

CHRISTIAN, L. Pesquisa em turismo nos Estados Unidos. *Working Paper*. Instituto do Transporte, Universidade da Manitoba, EUA, s/d.

COMEELATTO, D.; COLLISELLI, L.; KLEBA, M. E.; MATIELLO, A.; RENK, E. C. Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogos e construções essenciais para os conselhos municipais. *Revista Katál*, Florianópolis, v.10, n.2, p.265-271, 2007.

DYE, T. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

FRATUCCI, C. *A dimensão espacial das políticas*

- públicas de turismo no Brasil*. In: PIMENTEL, T. D. (Org.); EMMENDOERFER, M. L. (Org.); TOMAZZONI, E. L. (Org.). *Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. 1. ed. Caxias do Sul (RS): Editora da Universidade de Caxias do Sul / EDUCS, 2014. v. 1. p. 30-48.
- FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n.21, p.165-185, 2003.
- GALDINO, L. C. F.; COSTA, M. L. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. Observatório de Inovação do Turismo - *Revista Acadêmica*, v. 4, nº4, Rio de Janeiro, SET. 2011.
- IPIRANGA, A. S. R.; ALMEIDA, P. C. H. O Tipo de Pesquisa e a Cooperação Universidade, Empresa e Governo: Uma Análise na Rede Nordeste de Biotecnologia. *Organização & Sociedade*, Salvador, v. 19, n.60, p. 17-34, 2012.
- JUNQUEIRA, L. A. P.; INOSOJA, R. M.; KOMATSU, S. *Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal do Brasil: a experiência de Fortaleza*. Caracas, 1997.
- KNUPP, M. E. C. G. Análise de políticas públicas de turismo: uma abordagem metodológica baseada em redes sociais. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L. TOMAZZONI, E. L. *Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 285-316.
- LASWELL, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.
- MARQUES, E.C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, p.45-67, 1999.
- OBSERVATÓRIO DE TURISMO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/apresentacao.html>> Acesso em: 09 ago. 2013.
- OLIVEIRA, R. A. Descentralização: Um paralelo entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L. TOMAZZONI, E. L. *Gestão Pública Do Turismo No Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul: EDUCS, 2014, p.125-150.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Disponível em: <<http://know.unwto.org/en/knowledge-network>> Acesso em: 5 ago. 2013.
- PIMENTEL, T. D. (2103) *Orientações metodológicas para o trabalho final, Gestão de destinos Turísticos*. Curso de Turismo, UFJF (cópia fornecida pelo autor).
- PIMENTEL, M. P. C. A Dimensão Institucional das Políticas Públicas de Turismo no Brasil. pp.15-38. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. *Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2014. 528p.
- PIMENTEL, T. D. Projeto de Pesquisa-Extensão: por uma estratégia de intervenção social a partir dos estudos clínicos da Sociologia da Ação Organizacional. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 4, n. 1, p. 100-124, 2012.
- PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2013.
- RUHANEN, L.; COOPER, C. *Aplicando uma Estrutura de Gestão do Conhecimento para a pesquisa de Turismo*. Austrália: School of Tourism and Leisure Management, The University of Queensland, 2011.
- SERAFIM, M. P.; DAGNINO, R. P. A Política Científica e Tecnológica e as Demandas da Inclusão Social no Governo Lula (2003-2006). *Organização & Sociedade*, Salvador, v.18, p. 423-447, 2011.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

*Recebido em 20 de junho de 2014
Aprovado, em sua versão final, em 21 de agosto de 2014
Avaliado anonimamente por pares.*